

B O L E T I M

# MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



3.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1112

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Deliberações** (72.ª Reunião / 45.ª Sessão Extraordinária realizada em 2015/06/09)

**- Recomendação n.º 1/72 (Deliberação n.º 138/AML/2015) - «Resultante do Parecer Conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 262/CM/2015 - 4.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa»**  
- Subscrita pelos Presidentes e pelos Relatores do parecer emitido, em conjunto, pela 1.ª e pela 5.ª Comissão Permanente  
pág. 940 (10)

**- Proposta n.º 285/CM/2015 (Deliberação n.º 139/AML/2015) - «Apreciação do ponto II da parte deliberativa da Proposta 285/CM/2015 - Hasta pública para a alienação de 20 (vinte) prédios urbanos municipais, no âmbito do Programa “Reabilita Primeiro Paga Depois”»** - Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado e pela Sr.ª Vereadora Paula Marques  
pág. 940 (164)

**- Proposta n.º 286/CM/2015 (Deliberação n.º 140/AML/2015) - «Apreciação do ponto II da parte deliberativa da Proposta n.º 286/CM/2015 - Hasta pública para a alienação de ativos municipais»**  
- Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado  
pág. 940 (243)

# RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### Deliberações

72.ª Reunião / 45.ª Sessão Extraordinária realizada em 2015/  
/06/09

- Deliberação n.º 138/AML/2015:

**Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos e Tema 5 - Descen-  
tralização e Obras Municipais**

**- Recomendação n.º 1/72 - «Resultante do Parecer  
Conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre  
a Proposta n.º 262/CM/2015 - 4.º Relatório de Monitori-  
zação do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa»**

Subscrita pelos Presidentes e pelos Relatores do parecer emitido,  
em conjunto, pela 1.ª e pela 5.ª Comissão Permanente.

Aprovada por unanimidade.

Recomendação n.º 1/72 (1.ª e 5.ª CP)

**Sobre o 4.º Relatório de Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa**

No parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes  
sobre o 4.º Relatório de Monitorização da Reforma  
Administrativa de Lisboa, anexo à Proposta n.º 262/CM/  
/2015, propõe-se que a Assembleia Municipal de Lisboa,  
reunida em Plenário no dia 9 de junho de 2015 para  
apreciação deste Relatório, delibere recomendar à Câmara  
Municipal de Lisboa que:

- 1 - Proceda à definição urgente de metodologias relativamente  
a áreas de atividade cujas responsabilidades de realização  
se encontram ainda difusas, como seja na limpeza de zonas  
pedonais, sistemas de drenagem, áreas expectantes especí-  
ficas e apoio a eventos da iniciativa de municípios a título  
individual ou coletivo;
- 2 - Concretize a manutenção evolutiva e corretiva das aplicações  
informáticas cedidas e instaladas nas Juntas de Freguesia;
- 3 - Adote um modelo base, normalizado e uniformizado para  
os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara  
e as Juntas, para competências em obras a realizar em  
áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática  
de forma equitativa;
- 4 - Aclare definitivamente o conceito de obra estruturante;
- 5 - Assegure que os Formulários, Regulamentos e outras formas  
de normalização técnica e administrativa que a Câmara  
produza, se aplicam exclusivamente às áreas de governação  
partilhada com as Juntas de Freguesia ou da única  
competência da Câmara Municipal de Lisboa.

*Nota:* O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para  
consulta no site da AML ([http://www.am-lisboa.pt/302000/  
1/002860,000073/index.htm](http://www.am-lisboa.pt/302000/1/002860,000073/index.htm)).

Proposta n.º 262/2015

**Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 4.º Relatório  
de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**

*Pelouro:* Reforma Administrativa.

No passado dia 21 de janeiro de 2014, a Assembleia  
Municipal de Lisboa aprovou, sob proposta da Câmara  
(Proposta n.º 4/2014 e Propostas n.ºs 915 e 916/2013),  
ao abrigo do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de dezembro,  
o elenco das missões de interesse geral e comum a toda  
ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos  
espaços, das vias e dos equipamentos de natureza  
estruturante para a cidade ou para execução daquelas  
missões, e os critérios de transição dos recursos humanos.

O Município de Lisboa deve garantir a monitorização e o acom-  
panhamento técnico da implementação da referida deliberação,  
apresentando relatórios periódicos sobre este processo  
(cfr. n.º 13 da Secção E da Versão Consolidada da Proposta  
n.º 915/2013).

Para tal, através do Despacho n.º 67/P/2014, publicado no  
3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1056, de 15 de maio  
de 2014, o grupo de trabalho criado ao abrigo do Despacho  
n.º 21/P/2013, sob a coordenação do Professor João Seixas,  
assume a nova denominação de «Grupo de Acompanhamento  
e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa», tendo  
por missão proceder aos trabalhos de acompanhamento  
técnico e monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa,  
devendo passar a apresentar os relatórios de monitorização  
sobre o processo da Reforma Administrativa de Lisboa  
trimestralmente a partir da data de assinatura dos primeiros  
autos de efetivação da transferência de competências para  
as Juntas de Freguesia.

Em sessão de 15 de julho de 2014, a Assembleia Municipal  
apreciou a Proposta n.º 278/CM/2014, de 11 de junho,  
relativa ao 1.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma  
Administrativa de Lisboa.

Em sessão de 18 de novembro de 2014, a Assembleia Municipal  
apreciou a Proposta n.º 643/CM/2014, de 18 de novembro,  
respeitante ao 2.º Relatório de Monitorização do Processo  
da Reforma Administrativa de Lisboa.

Em sessão de 10 de março de 2015, a Assembleia Municipal  
apreciou a Proposta n.º 49/CM/2015, de 28 de janeiro,  
relativa ao 3.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma  
Administrativa de Lisboa.

Assim, tenho a honra de propor, nos termos e para os efeitos  
previstos na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea k)  
do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,  
que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar submeter  
à apreciação da Assembleia Municipal o 4.º Relatório de Moni-  
torização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa,  
nos termos da proposta.